

O NOVO POPULISMO AUTORITÁRIO DO PDS

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 26.04.1983

A aliança PDS-PTB pode ser entendida simplesmente como fruto da habilidade do PDS e do oportunismo do PTB. E não há dúvida que há muito de verdade nessa interpretação. O PTB foi uma criação do General Golbery que agora dá seus “frutos”.

Entretanto, talvez valesse a pena considerar uma interpretação adicional: essa aliança seria mais um sintoma da transformação do PDS e do próprio regime militar em extinção no país, que o PDS representa, em um partido autoritário-populista.

Nesse sentido, o discurso “social” e “oposicionista” da grande maioria dos políticos do PDS é muito sintomático. Em diversas ocasiões, na última campanha eleitoral, quando havia em debate entre representantes do PDS e da oposição, o discurso político governista tinha um tom tão social e tão contrário às políticas postas em prática pelo governo, que ao verdadeiro político oposicionista não restava senão concordar entre surpreso e incrédulo e cobrar coerência do interlocutor.

O discurso do PDS tornou-se, assim, essencialmente contraditório, na medida em que propõe redemocratização, distribuição de renda e retomada do desenvolvimento, mas representa um governo autoritário, comprometido com uma política econômica recessiva e contrária aos interesses dos trabalhadores. É preciso, entretanto, lembrar que faz parte da natureza do populismo essa contradição. Na medida em que o populismo é um processo político que nega os conflitos de classe e pretende integrar diversas classes, ele tem que internalizar esse conflito na forma de contradições.

A partir de 1964 estabeleceu-se no Brasil um regime militar-autoritário baseado na aliança da burguesia com a tecnoburocracia estatal. O rompimento desse pacto ocorreu a partir de meados dos anos 70. Desde então o Governo e PDS tentam recompô-lo em novos termos e com novas roupagens: no lugar do autoritarismo militar pretende-se colocar um novo autoritarismo populista. E a aliança política é agora não mais de toda a burguesia com a tecnoburocracia estatal, mas das frações mercantis e latifundiárias da

alta burguesia com setores da média burguesia e da classe média tecnoburocrática e com os trabalhadores menos conscientizados politicamente.

Enquanto que o pacto político burguês-tecnoburocrático de 1964 era hegemônico, porque incorporava toda a classe dominante, o novo pacto populista autoritário que o PDS tenta formular não alcança hegemonia nem é excludente. Não alcança hegemonia porque só obtém o apoio de frações das classes dominantes; não é excludente porque pretende também incluir os trabalhadores.

Ainda que falte hegemonia a esse projeto político do PDS, dado a clara falta de legitimidade política do Governo, é preciso não subestimar sua capacidade de manter-se no poder. Um regime autoritário caracteriza-se pela sua capacidade de contrapor-se à sociedade civil e submetê-la a seu arbítrio. Entretanto, quando já não é mais possível apurar sujeição da sociedade civil, o regime autoritário passa a fazer concessões, a abrir-se, ainda que muito limitadamente, para a sociedade.

O PMDB que procura, por sua vez, formular um pacto democrático-popular deve ter claro para si o processo político em marcha. A tentativa do PDS é, através do populismo, conseguir os votos de que necessita cada vez mais para manter-se no poder. Se esse populismo não for denunciado, e se ao mesmo tempo o PMDB, o PDT e o PT não lograrem aprofundar as suas bases populares sem perder o apoio das frações mais democráticas e progressistas das classes dominantes, o autoritarismo, agora populista, não será vencido no Brasil.(26/04)